LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conciliações e atendimentos realizados pelo Projeto Pacificar de 2015 a 2024	**289**
Tabela 2 – Indicadores de Esforço Acorde – 2023	**296**
Tabela 3 – Indicadores de Esforço Acorde – 1º semestre de 2024	**297**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Série histórica de vitimização policial por suicídio e Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) Brasil, 2018-2024	**142**
Figura 2 – Ciclo de mediação adotado pelo Programa Mediar-RS	**275**
Quadro 1 – Base normativa e escopo material	**313**
Quadro 2 – Papel do delegado e condução do procedimento	**315**
Quadro 3 – Articulação institucional, monitoramento e resultados	**317**
Quadro 4 – Síntese das experiências empíricas analisadas	**346**
Quadro 5 – Critérios empíricos de admissibilidade observados	**368**
Quadro 6 – Principais categorias empíricas identificadas na pesquisa	**395**
Quadro 7 – Proposta de indicadores para avaliação da justiça restaurativa no âmbito policial	**454**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **23**

1

ACESSO À JUSTIÇA E JUSTIÇA RESTAURATIVA **33**

1.1. O acesso à justiça como dimensão estrutural dos direitos fundamentais 34

1.2. Limites estruturais do modelo retributivo para a efetivação da justiça 42

1.2.1. Vulnerabilidade social e desigualdades no acesso à justiça 43

1.2.2. Seletividade penal e cifra oculta da criminalidade 45

1.2.3. O mito da função ressocializadora da pena 51

1.2.4. Cultura punitivista e influência da mídia 54

1.2.5. Limites relacionais do processo penal: vítima e comunidade à margem da justiça criminal 56

1.3. A justiça restaurativa como paradigma adequado de resolução de conflitos 57

1.3.1. Fundamentos teóricos e princípios estruturantes 57

1.3.2. Responsabilização, reparação e reintegração comunitária na justiça restaurativa 62

1.4. Justiça restaurativa e democratização do acesso à justiça 66

1.4.1. Justiça restaurativa e cultura de paz 66

1.4.2. Comunicação compassiva e reconstrução de vínculos em contextos de conflito 72

1.5. Considerações críticas sobre a articulação entre justiça restaurativa e sistema penal 78

2

CONSENSUALIDADE NO PROCESSO PENAL 87

2.1. Evolução normativa e institucional: entre a justiça negocial e a inflexão restaurativa 90

2.1.1. Juizados Especiais Criminais: marco inaugural da consensualidade penal 90

2.1.2. Acordo de colaboração premiada: tensões entre eficiência e garantismo processual 99

2.1.3. Acordo de Não Persecução Penal: expansão da justiça penal negocial 107

2.1.4. Justiça restaurativa: avanço dialógico no sistema penal 116

2.2. Práticas restaurativas no sistema de justiça penal 118

2.2.1. Conferências de grupos familiares 121

2.2.2. Encontros vítima-ofensor 128

2.2.3. Círculos Restaurativos 134

2.2.4. Estudo de caso: acolhimento restaurativo após atentado na 59ª Delegacia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – Duque de Caxias 146

3

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E INQUÉRITO POLICIAL NA PERSECUÇÃO PENAL PRELIMINAR 155

3.1. Natureza jurídica e finalidade do inquérito policial 156

3.2. Características contemporâneas do inquérito policial à luz da Constituição de 1988 158

3.2.1. Inquisitoriedade e contraditório mitigado 159

3.2.2. Sigilo externo e transparência com garantias 168

3.2.3. Formalismo escrito e documentação tecnológica 174

3.2.4. Dispensabilidade e função garantidora 177

3.2.5. Discricionariedade e limites constitucionais à condução da investigação 179

3.2.6. Temporariedade e razoável duração da investigação 180

3.2.7. Indisponibilidade e critérios constitucionais de racionalização da investigação 182

3.3. Legitimidade para investigar no processo penal: atribuições, controvérsias e limites 184

3.4. Sistema acusatório e imparcialidade judicial: o juiz das garantias como mecanismo protetivo 188
3.5. Forma de instauração, tramitação e conclusão do inquérito policial 190
3.5.1. Instauração do inquérito policial 190
3.5.2. Diligências investigatórias 194
3.5.3. Indiciamento 199
3.5.4. Relatório do inquérito policial 201
3.5.5. Providências após a conclusão do inquérito policial 202
3.6. Tensões entre a racionalidade inquisitorial e os pressupostos da justiça restaurativa 204

4

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA FASE PRÉ-PROCESSUAL NO ÂMBITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA 207

4.1. Fundamentos normativos e parâmetros para aplicação da justiça restaurativa na fase investigativa 208
4.1.1. Fundamentos normativos da justiça restaurativa na fase pré-processual 209
4.1.2. Constitucionalidade da justiça restaurativa policial 213
4.1.3. Critérios de adequação ao encaminhamento restaurativo 218
4.1.3.1. Critérios formais e materiais para seleção de casos restaurativos na fase investigativa 219
4.1.3.2. Critérios subjetivos e relacionais para encaminhamento de vítimas e ofensores 224
4.1.3.3. Juízo técnico de adequação e hipóteses de contraindicação 229
4.1.4. Participação comunitária na justiça restaurativa 236
4.1.5. Natureza jurídica do acordo restaurativo 239
4.1.6. Limites jurídicos à celebração e homologação de acordos restaurativos 243
4.1.7. Consequências jurídicas da adesão 250
4.2. O papel da autoridade policial na justiça restaurativa 256

5

EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E NOTÍCIAS DE DIREITO ESTRANGEIRO 263

5.1. Polícia Civil de São Paulo 265
5.2. Polícia Civil do Rio Grande do Sul 271
5.3. Polícia Civil de Minas Gerais 278
5.4. Polícia Civil do Acre 284
5.5. Polícia Civil de Rondônia 291
5.6. Polícia Civil de Sergipe 294
5.7. Polícia Civil de Pernambuco 299
5.8. Polícia Civil da Paraíba 301
5.9. Polícia Civil do Ceará 302
5.10. Polícia Civil do Distrito Federal 304
5.11. Polícia Civil do Pará 305
5.12. Polícia Civil do Mato Grosso do Sul 307
5.13. Polícia Civil do Amazonas 308
5.14. Polícia Civil de Alagoas 308
5.15. Polícia Civil do Rio de Janeiro 309
5.16. Quadro comparativo dos critérios e procedimentos adotados nas experiências estaduais 312
5.17. Experiências internacionais de justiça restaurativa no âmbito policial 318
5.17.1. Estados Unidos 319
5.17.2. Nova Zelândia 321
5.17.3. Austrália 323
5.17.4. Canadá 326
5.17.5. Reino Unido 328
5.17.6. Espanha 331
5.17.7. Colômbia 333
5.17.8. Síntese e lições aplicáveis ao contexto brasileiro 337

6

PESQUISA EMPÍRICA: ANÁLISE TRANSVERSAL DAS PERCEPÇÕES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA POLICIAL 341

6.1. Metodologia da pesquisa empírica 341
6.2. Contexto de implementação e grau de institucionalização das práticas restaurativas nas polícias civis 347
6.3. Delimitação empírica dos casos restaurativos na fase pré-processual policial 358
6.4. Dinâmica procedimental e fluxos adotados na atuação restaurativa policial 368
6.5. O papel da autoridade policial na condução das práticas restaurativas 375
6.6. A dimensão interinstitucional e os limites de atuação na justiça restaurativa policial 380
6.7. Desafios e potencialidades na implementação das práticas restaurativas no âmbito policial 383

7

PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO NACIONAL 399

7.1. Diagnóstico normativo e institucional 400
7.2. Diretrizes para uma política pública nacional de justiça restaurativa pré-processual 402
7.2.1. Princípios estruturantes 403
7.2.2. O papel da autoridade policial na justiça restaurativa pré-processual 409
7.2.3. Organização institucional 413
7.2.4. Integração interinstitucional 416
7.3. Parâmetros de incidência e dinâmica procedimental das práticas restaurativas na fase pré-processual 419
7.3.1. Critérios de admissibilidade 420
7.3.2. Limites negativos de incidência: não cabimento e contraindicação 423
7.3.3. Juízo técnico de adequação 426
7.3.4. Rito procedimental do acordo restaurativo 428

7.4. Efeitos jurídicos da adesão ao acordo restaurativo na investigação preliminar 431
7.4.1. Acordo restaurativo e princípio da obrigatoriedade da ação penal 432
7.4.2. Repercussões jurídico-processuais e penais 434
7.4.3. Efeitos temporais da adesão ao acordo restaurativo 438
7.5. Limites e mecanismos de controle institucional 442
7.6. Justiça restaurativa digital: realização de práticas restaurativas em ambiente virtual 446
7.7. Modelo multidimensional de avaliação restaurativa 451
7.8. Círculos restaurativos de cuidado institucional nas polícias civis 456

CONCLUSÃO 461

REFERÊNCIAS 465

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO ÂMBITO POLICIAL 499

APÊNDICE B – ROTEIRO PRÁTICO PARA CÍRCULOS DE CUIDADO INSTITUCIONAL COM BASE NA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) 505

APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS 507